

## ESPECIFICANDO A VALIDADE DO ESTUDO SOBRE MEMORIALISTAS ATRAVÉS DO USO DA TEORIA DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA.

VIVIANE PEDROSO DOMINGUES\*

### Introdução

Na graduação desenvolvi como pesquisa de Iniciação Científica, juntamente com a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Raquel Glezer, a análise de obras dos memorialistas Aluísio de Almeida<sup>1</sup>, Francisco Nardy Filho<sup>2</sup> e José Gomes<sup>3</sup>, sobre as histórias das cidades de Sorocaba, Itu e Ibiúna, respectivamente. Detivemo-nos na análise dos procedimentos teóricos e metodológicos da escrita da história e sobre o uso de conceitos como memória, história e tempo histórico nessas produções. Também observamos a relação que cada obra assumiu e assume enquanto instrumento representativo da história dessas cidades e de seus habitantes, bem como do papel que exercem sobre a dinâmica social dessas cidades. Para tanto, utilizamo-nos principalmente do conceito da consciência histórica, presente na obra de Jörn Rüsen, ponto central do presente artigo.

---

\* BACHAREL EM HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

<sup>1</sup> Aluísio de Almeida é o pseudônimo mais conhecido de Luiz Castanho de Almeida, que nasceu em Guareí, São Paulo, em 1904, mas foi em Sorocaba que estudou Filosofia e Teologia, tornou-se padre e viveu até a sua morte em 1981. Escreveu para os jornais “Estado de São Paulo” e “Correio Paulistano”. Sua produção foi elogiada por A. E. Taunay, “Aluísio sabe e ressabe”, e, por Sergio Buarque de Holanda, “Aluísio de Almeida é o Mestre incomparável da História do sul de São Paulo”.

Dentre muitas das suas obras escreveu “História de Sorocaba para crianças”, pois acreditava que é de criança que se aprende a amar a sua terra.

<sup>2</sup> Francisco Nardy Filho, também conhecido por Chiquito Nardy, nasceu em Itu em 1879 e faleceu em 1959. Como jornalista escreveu para “O Estado de São Paulo”, “Correio Paulistano”, “A Gazeta” e jornais ituanos como a “Folha de Itu” e “A Federação”. Foi membro da Academia Ituana de Letras.

Os textos de Nardy Filho vendem de forma impressionante tanto que a coleção de 6 volumes de “A cidade de Ytu”, organizada pela Ottoni, teve sua primeira reedição esgotada em poucos dias.

<sup>3</sup> José Gomes é um escritor de 74 anos de idade que vive em Ibiúna. Nascido em Pirajuí, veio a trabalho para Ibiúna na década de 60 e por lá vive até hoje, enquanto planeja a segunda edição do seu livro “Yuna Noiva Azul: História do município de Ibiúna”, cuja primeira edição é de 1997. Foram três mil exemplares vendidos do livro “Yuna noiva azul”, de forma que o próprio escritor faz a revisão com um exemplar emprestado. O sucesso de vendas mostra que há espaço para a narrativa histórica mesmo em cidades pequenas.

## **1) Diferenças Entre Memorialistas e Historiadores**

Entendemos como memorialistas escritores que utilizam diversas ferramentas e fontes em seus textos - às vezes resultando em textos de cunho autobiográfico, nos quais o autor utiliza, a sua experiência de vida e a tradição oral, da cidade sobre a qual escreve, para construir a narrativa histórica -, sem que para isso se utilizem das normas metodológicas e teóricas da escrita acadêmica sobre história. Muitas vezes esses escritores realizam e realizaram pesquisas de fôlego, debruçando-se durante anos sobre arquivos apesar de quase sempre não divulgarem quais foram os arquivos pesquisados, não utilizarem referências, e, às vezes, na escrita, misturarem o que é de sua autoria com citações de documentos consultados ou de autores lidos. Esses escritores partem muitas vezes de textos de historiados, mas seguem caminhos totalmente diferentes dos acadêmicos.

Os memorialistas são numerosos e variados escritores que escrevem sobre história, mas cada um o faz da sua maneira, e é essa a primeira característica diferenciadora de um trabalho historiográfico para um memorialístico: as regras teórico-metodológicas previamente estabelecidas no caso da escrita acadêmica não existem na narrativa produzida por memorialistas. Esses escritores que, sendo memorialistas, escrevem e escreveram de formas, com suportes e para públicos diferentes, conforme suas temporalidades e avanços da ciência história no Brasil, isso porque quando os observamos detalhadamente em seus contextos, encontramos outras dimensões em seus textos além da falta de parâmetros teórico-metodológicos.

A primeira vez em que tive essa possibilidade de análise diferenciada foi ao ter contato com comentários de A. E. Taunay e Sérgio B. de Holanda sobre Aluísio de Almeida. Eles o reconhecem como historiador, já que realizou uma vasta pesquisa sobre a história de Sorocaba. No período que Aluísio de Almeida começou a escrever, o primeiro curso universitário de História no Brasil acabava de ser implantado na Universidade de São Paulo, em 1934, e boa parte de seus professores não havia se formado em cursos de história, com exceção dos estrangeiros, e muitos dos textos produzidos nessa época eram de característica ensaística, sem parte razoável das preocupações que, já com o curso constituído, temos hoje. Não é à toa que Aluísio se preocupou em deixar referências de alguns documentos que utilizou. As referências são

dadas de seu modo e apenas sobre os documentos que acredita ser de maior relevância, mas o fato é que há referências, assim como é perceptível uma preocupação com algum rigor científico, bem como nas obras de Nardy Filho.

Francisco Nardy Filho se preocupa, logo no início de sua coleção, em esclarecer sua posição em relação à escrita da história, mesmo que assumindo o discurso da neutralidade:

“Neste modesto trabalho não pretendo discutir factos nem emitir a minha opinião sobre este ou aquelle ponto, mas simplesmente expo-los tais quais elles se passaram, mesmo porque não tenho a toda e vaidosa pretensão de me arvorar em crítico (...)”. (NARDY FILHO, 1930: 5)

José Gomes, Linense, faz parte de um grupo recente de memorialistas que na falta de qualquer menção em textos científicos sobre as suas cidades, buscam de seu modo e através dos recursos que possuem, sanar esse problema. A história que conhecem, é aquela com que tiveram contato na escola: é a história dos grandes homens, dos grandes feitos, das datas e fatos. Não se trata de uma influência direta do cientificismo, do positivismo republicano que Nardy Filho e Aluísio de Almeida tiveram, trata-se de uma metodologia da história escolar que vem de uma infundável repetição do modelo didático produzido por Joaquim Manuel de Macedo, para o Colégio D. Pedro II, que atingiu Linense quando estudava no período da ditadura getulista, mas que continua influenciando as gerações que agora passam pela escola fundamental, porque os conteúdos muitas vezes continuam os mesmos.

Para Estevão Martins o trabalho do historiador deve se fundar na união da base empírica e da construção interpretativa. O historiador ainda deve entender que a história é uma disciplina de investigação metódica, de múltiplas variedades de tradições. Deve ter amplo conhecimento das redes de interpretação sobre o passado; cuidado redacional e de estilo da narrativa.

Não existem historiadores só empíricos como não há apenas os teóricos, ambos fazem os dois trabalhos mesmo que não o percebam, o que todavia não é correto, pois temos que ter clareza sobre os nossos procedimentos. Portanto, Teoria não é um

acréscimo opcional da história: “(...) qualquer escrita da história é inevitavelmente teórica”.(MARTINS, E., 2009: 66.)

*“(...) Estratégico para a pesquisa e para seu produto na narrativa historiográfica, isso sim, é a consistência entre fundamento teórico, prática metódica, controle empírico e qualidade narrativa.”* (MARTINS, Estevão C. de R., 2009: 63)

Para o mesmo autor, a historiografia é a produção e fixação do conhecimento histórico, escrita quando as condições para tanto foram possíveis e cuja duração dessa escrita é imprevisível dado o seu caráter de produto dos processos históricos. Toda e qualquer interpretação sobre o passado é feita a partir dos pressupostos de quem faz a interpretação, do tempo em que ela faz parte e dos instrumentos que dispõe e elege. Portanto, as interpretações podem sofrer alterações conforme o período em que foram feitas bem como por quem foram feitas. O conhecimento é socialmente condicionado, bem como o ato de conhecer.

De certa forma esse é um movimento natural se considerarmos a consciência histórica como elementar à ciência histórica.

Essa concepção sobre a historiografia e sobre o trabalho do historiador só foi possível a partir da década de 30 do século XX, com o grupo de historiadores ligados à revista *Annales*. Nesse ponto, temos umas das maiores diferenças entre memorialistas e historiadores, que é também uma das maiores diferenças da história acadêmica da que tem muitas vezes permanecido nas escolas: a problematização das fontes, a história problema que Marc Bloch (2001) ressaltou. Na história acadêmica os documentos são inquiridos, não são tidos como testemunhas oculares do passado. Não é o passado que se modifica, mas a construção do conhecimento que ganha novas possibilidades a partir das particularidades vividas, vivenciadas e aprendidas pelo pesquisador, que acabam se inserindo no corpo do trabalho e no enfoque de terminados pontos, mostrando relevância de outros, na escolha do material e do que deve ou não aparecer no trabalho. Por isso a história deve ser pensada, segundo Khoury “(...) como experiência humana e como sua própria narração, interpretação e projeto”.(KHOURY, 2003: 29.)

Para Michel de Certeau, em “L’écriture de l’histoire” edição de 2007, a neutralidade da narrativa histórica, tão proclamada, não é possível apesar de ser um discurso da profissão, já que a bagagem das experiências e do local de onde o pesquisador vem, aparece sempre interligadas à produção. O movimento de ligar ideias aos lugares é possível graças a própria inserção do historiador em um determinado lugar e da tomada de consciência de si como sujeito histórico. O autor encara a História como uma operação, o que pressupõe compreendê-la como relação entre um lugar, práticas científicas e a construção de um texto. A própria ideia da história como operação pressupõe, para o mesmo autor, “a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura)”. ( CERTEAU, 2007: 78)

O trabalho do historiador é resultado do interesse e da tradição, ele está imbuído de subjetividade, e por isso Estevão Martins diz que o rigor teórico-metodológico o que o autor chama de pacto historiográfico, é de suma importância porque é ele o responsável pela manutenção de certa objetividade na construção historiográfica. A tradição é a permanência de componentes do passado, não de forma imutável, mas enquanto referência presente desse passado. A tradição é a reflexão histórica ativa que transforma a experiência do passado em História.

*"O acervo do passado vive, no entanto, de forma dinâmica, em primeiro lugar, pelo preenchimento e pelo cultivo da memória. Nela opera, articuladamente, o interesse e a tradição, e nela encontra a transposição ativa, para o presente contínuo, do que se percebe ou se pensa necessário saber para ser". (MARTINS, 2009.)*

Martins está preocupado em explicar em porque a história, apesar de narrativa é imbuída de interpretações e subjetividades, não é literatura. Esse tipo de diferenciação entre história e literatura é muito pertinente para nós na tentativa de diferenciação entre texto historiográfico e memorialístico, principalmente depois de entendermos que toda produção, mesmo feita por historiadores, não está livre da subjetividade.

O que foi fundamental para diferenciar história de literatura foi o processo de positivação do método histórico, que prezou o rigor teórico e empírico do estudo, buscando a construção de um trabalho minimamente verossímil, onde se busca a verdade possível, e mesmo com os Annales o rigor metodológico não foi abolido.

Esse raciocínio se complica quando pensamos na vertente pós-moderna da historiografia. Os pós-modernos são usuários de complicadas técnicas, criticam a ideia da verdade com afincos, e trabalham com o relativismo da ciência ao extremo. Como citou Martins, para eles:

*"(...) A historiografia seria meramente ficção escrita de modo realista, recorrendo a convenções, como citações de fontes e notas de rodapé acadêmicas, para fortalecer a impressão de rigor e de correspondência a realidade".* (MARTINS, 2009: 64)

Mas a maioria dos historiadores deixou de lado essas teorias mais contemporâneas, assim como os leitores continuam buscando textos que possuam algo interessante a dizer sobre o passado. Não se pode ignorar que o público amplo continua procurando em uma obra historiográfica o que realmente aconteceu, e é isso também que assegura parte do sucesso que o discurso positivista na roupagem memorialística tem entre seus leitores.

Nesse ponto temos clareza no porque não apenas o trabalho historiográfico se difere metodologicamente do memorialístico, mas também teoricamente. Os textos historiográficos, assim como qualquer outra narrativa está repleta de opiniões, de teorias, ideologias claramente expressas sem preocupações teórico-metodológicas. Essa é a grande diferença: a consciência, que permite a tomada de escolhas e de se declarar ao leitor essas escolhas.

Sob todas essas perspectivas, historiador e memorialista inicialmente são muito parecidos, ambos envolvidos com seus objetos de estudo, mas, como Martins mesmo reitera inúmeras vezes, é o pacto historiográfico que trará o status científico ao trabalho do primeiro.

## **2) O Conceito da Consciência Histórica Aplicado na Análise de Textos Memorialísticos.**

Jörn Rüsen, pesquisador alemão de Teorias e Filosofias da História, tratou a consciência histórica como fundamento da ciência histórica e mostrou que essa consciência é inerente ao ser humano e um resultado das suas interações com o tempo. Tal concepção nos mostra não apenas a possibilidade de se trabalhar a disciplina história com pessoas não familiarizadas com os grandes debates teóricos e historiográficos, como a própria necessidade existencial que o ser humano tem em conhecer melhor as relações do homem entre si e com o tempo, a fim de minimizar transtornos no presente que possam impedir a realização dos seus objetivos no futuro. Dessa forma, a história, a escrita da história e o pensar sobre a história não seriam propriedades do historiador, mas pontos comuns a todo e qualquer ser humano.

Para Rüsen é a consciência histórica o fundamento da ciência histórica. A consciência histórica são situações elementares da vida prática dos homens, no que se refere ao seu ato de pensar unido às experiências vividas, ou conhecidas no tempo. Quando o homem reflete e busca interpretar experiências passadas a fim de entender suas decorrências presentes no tempo em que se vive – com o objetivo de prevenir-se no futuro, ou até mesmo de projetar suas próximas ações – ele está realizando um movimento de interpretação lógica, que é fundamental e característico do próprio pensamento histórico.

A ciência é uma decorrência de uma determinada forma de pensamento científico que por sua vez surge do elementar, da experiência refletida que aqui é a consciência histórica. Todavia a ciência é apenas uma decorrência particular do pensamento histórico e dessa forma existe a necessidade de se entender quais demandas e processos levaram na ciência histórica e qual é a sua razão de existir. A ciência deixa ser elementar para ser uma decorrência de processos naturais da existência humana.

Para explicar o que seria então natural ao homem em relação ao pensamento histórico, Rüsen fala não apenas do ato de pensar e racionalizar inerente ao homem, como de realizar quaisquer ações práticas para sua existência biológica e social. Ele não propõe a separação da teoria com a prática, como é usual, mas a sua interação e que

para se desenvolver uma necessita da outra. O pensamento histórico – que seria uma parte do ato humano de pensar – só é possível enquanto resultado da vida prática, todavia a reflexão histórica se faz necessária para entender, definir, projetar e guiar a vida prática, e, portanto, o homem deve agir de forma intencional para viver. Essa intencionalidade o projeta além do presente e a própria projeção para o futuro o faz se remeter ao passado como forma de aprender com a experiência vivida, a fim de saber o que pode ser esperado para o futuro e como pode se preparar. Quando o futuro se torna presente novas necessidades surgem e dessa forma novas projeções e assim por diante.

"(...) o homem só pode viver no mundo, isto é, só consegue relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas sim interpretá-los em função das intenções de sua ação e paixão, em que se representa algo que não são. Com outras palavras: o agir é um procedimento típico da vida humana, na medida em que, nele, o homem, com os objetivos que busca na ação, em princípio se transpõe sempre para além do que ele e seu mundo são a cada momento. (...) Ela se caracteriza pelo fato de que a satisfação de determinadas carências é sempre também um processo de produção de novas carências". (RUSEN, Jörn, 2001: 57.)

José Gomes não pensava que iria morar em Ibiúna e muito menos que se tornaria o historiador da cidade, o grande poeta, jornalista, vereador, e figura ilustre, tudo aconteceu por acaso. Linense, como é conhecido o escritor, trabalhava como técnico agrícola, quando algumas crianças começaram a procurá-lo para que ele os ajudasse nas atividades escolares.

As primeiras perguntas que as crianças o fizeram eram sobre a terra, depois as perguntas foram se tornando cada vez mais próximas a história. A curiosidade sobre como era a vida da cidade, como ela surgiu e mudou de nome, dominou o escritor que passou a fazer buscas sobre documentos na Câmara Municipal e na Igreja da cidade. Aos poucos as pesquisas foram se ampliando, novos documentos surgiram, bem como novas perguntas. O que havia se iniciado como uma curiosidade, e como uma solução paliativa das dúvidas das crianças, transformou-se em trabalho.



Hoje Linense tem inúmeros projetos de novos livros, mais a publicação de “Yuna” revisado. Além dos projetos dos livros, Linense, aposentado e viúvo, ministra palestras gratuitamente para crianças das escolas de Ibiúna, para conscientizá-las sobre a importância de se conhecer sua história para buscar uma vida melhor, o que significa diretamente se interessar pela política e ter um papel ativo na transformação da cidade, hoje com sérios problemas de corrupção. Essa foi uma grande surpresa para nós, já que nunca havíamos tido contato com o uso da narrativa da história tradicional como instrumento de busca de mudança social e popular.

Ao longo desses cinquenta anos, José Gomes publicou textos de cunho histórico em jornais e revistas da região, principalmente no *Fonefácil*, revista de variedades produzida pelos comerciantes de Ibiúna para divulgação do comércio e dos telefones da cidade, textos publicados em meio altamente popular. O texto que analisamos, publicado em 1997, foi uma junção de parte razoável desses artigos autônomos, que foram unidos por um amigo do escritor que teve a ideia da publicação.

A trajetória de José Gomes nos mostra que a busca pelo passado não é propriamente exclusiva dos historiadores ou pessoas mais versadas com a metodologia científica e comprova que a consciência histórica faz parte do agir humano. Portanto, a consciência histórica não seria apenas um elemento inicial de qualquer pensamento histórico, mas ela se encontra presente em todas as formas de pensamento inclusive na ciência histórica, e só dessa forma é possível compreender o porquê de a ciência se fazer necessária.

Rüsen analisa a consciência histórica como fundamento da ciência histórica, que para ele é um trabalho intelectual no qual experiência vivida é interpretada na intenção de orientar o agir no futuro.

"(...) A consciência histórica é, pois, guiada pela intenção de dominar o tempo que é experimentado pelo homem como ameaça de perder-se na transformação do mundo e dele mesmo. O pensamento histórico é, por conseguinte, ganho de tempo, e o conhecimento histórico é tempo ganho".  
(RUSEN, Jörn, 2001: 60.)

"(...) O passado é, então, como uma floresta para dentro da qual os homens, pela narrativa histórica, lançam seu clamor, a fim de compreenderem, mediante o que dela ecoa, o que lhes é presente sob a forma de experiência do tempo (mais precisamente: o que mexe com eles) e poderem esperar e projetar um futuro com sentido". (RUSEN, Jörn, 2001: 62.)

Na organização dessas “operações mentais” surge a narrativa histórica, que para Jörn Rüsen é o resultado intelectual onde a consciência histórica se forma e desenvolve. Essa narrativa é caracterizada por conter a consciência histórica, e de ser constituída de lembranças, ou seja, de experiência vivida e não ficcional.

A narrativa histórica é o processo de indução da memória, ligando o presente ao passado, a partir de questões que se apresentam nesse presente, a fim de minimizar os riscos do tempo vivido projetando intenções e formulando objetivos para o futuro. A narrativa proporciona a ideia de continuidade relacionando o futuro com o passado diretamente. O tempo ganha sentido e torna-se passível de ser analisado, e a partir daí busca-se o seu controle. Para Rüsen a narrativa histórica é também um meio de constituição da identidade humana.

"A resistência dos homens à perda de si e seu esforço de auto-afirmação constituem-se como identidade mediante representações de continuidade, com as quais relacionam as experiências do tempo com as intenções do tempo". (RUSEN, Jörn, 2001: 66.)

Portanto a consciência histórica trata-se não apenas da rememoração do passado, mas o ato de pensar o passado ligado às questões de um presente e de uma interpretação desse presente na intenção de ações futuras, dessa forma projetadas. A narrativa apresenta-se como forma pela qual essa consciência histórica é organizada, ligando as temporalidades e fornecendo a elas um sentido de continuidade que conforta o homem que se sente orientado numa perspectiva de que os “imprevistos” tornem-se “previstos” e passíveis de serem contornados.

Para Rüsen muitas obras sobre os fundamentos da ciência buscam elementos mais complexos que acabam colocando a ciência histórica como elementar ao ser humano e deixam de investigar as razões de fato elementares que trazem a necessidade e existência da ciência histórica, e, porque ela se constituiu e se desenvolveu de determinadas formas. História definiu-se, ao longo dos anos, como aquilo que os historiadores têm como objeto de pesquisa, análise e estudo.

Aquilo que é considerado elementar acaba ficando em segundo plano a ser investigado, mas não é por essa razão que um trabalho nesse sentido não seja de suma importância para entender, inclusive, a própria ciência histórica. Talvez possamos encontrar nos memorialistas esses elementos muitas vezes deixados de lado pelos historiadores.

A narrativa memorialística muitas vezes pode ter elementos ficcionais, mas no geral sua busca no passado e também imbuída da necessidade de encontrar elementos explicativos do presente. O interesse pela história é evidente e apesar de não serem textos propriamente científicos, com pesquisas que levaram a uma narrativa histórica consistente, são, ao meu ver, derivados da consciência histórica e de uma necessidade sobre o passado, que não é sentida apenas por historiadores. Portanto, estudar os memorialistas também deve ser um campo de estudos da ciência histórica.

### **Considerações Finais**

Mesmo que a academia não tenha dado muita relevância às obras memorialísticas, elas têm crescido mais a cada dia, tanto em produção quanto em aceitação de público. As professoras Sara Albieri e Raquel Glezer em texto sobre obras fronteiriças (ALBIERI e GLEZER, 2009.) trazem como tema a discussão atualíssima da história como campo de disputa, na medida em que cada vez mais surgem textos que ganham enorme repercussão, escritos por não historiadores, mas que, em alguns casos, se apresentam como tal. O texto das professoras é bastante cauteloso em relação a essas produções de “pseudo-historiadores”. Elas não colocam suas opiniões em relação à

legitimidade deles, apenas apontam questões de dúvida quanto ao seu uso, ao mesmo tempo em que reconhecem que esses textos podem angariar novos interessados na disciplina histórica, talvez no contato primeiro do leitor fora do contexto escolar.

"(...) Certamente haverá graus de acuracidade nas recriações fronteiriças; caberá a historiografia acadêmica avaliá-los criticamente, caso a caso. Mas as liberdades narrativas inerentes à escrita literária podem ter valor propedêutico – o de pavimentar o caminho da compreensão histórica".  
(ALBIERI e GLEZER, 2009. p.30)

Essa atração de leitores comuns para a história, de fato existe. Muitas vezes são os moradores dessas localidades, no caso estudado, que consideram esses memorialistas como historiadores eméritos, poetas, artistas, jornalistas, doutores, heróis, afinal é deles a tarefa de eternizar a importância local dessas cidades e das pessoas que vivem ou viveram nelas, em uma relação entre escritor e leitor muito mais próxima do que acontece com textos acadêmicos. Talvez essa seja uma das explicações sobre o sucesso desses memorialistas: são eles que registram a memória local, realizam uma narrativa que se aproxima com o cidadão comum, que cresceu e socializou através dos “causos”, ouvidos ou narrados, sobre a sua terra.

O memorialista une a essa memória local e coletiva o brilho da predestinação, enaltece a população local, envolve-a, preenche-a de auto-estima. Uma população que na maioria das vezes não vive de glórias, como esses textos nos fazem pensar, mas que precisam acreditar na importância de sua existência.

Além de tudo isso, esses textos muitas vezes despertam a curiosidade do leitor por terem sido escritos por pessoas que são tidas como personalidades locais, antes mesmo de se aventurarem na história. Como esses memorialistas são pessoas conhecidas em suas cidades, seus escritos ganham teor de credibilidade ainda maior, e se transformam em verdades históricas.

Todos se transformaram em leitura obrigatória, mesmo para aqueles que não são acostumados a ler. A própria construção dos capítulos dos livros favorece a ampliação

do público leitor, pois os capítulos com sub-capítulos curtos e autônomos, de caráter enciclopédico, possibilitam que pessoas menos acostumadas com a leitura se aventurem nas linhas escritas por esses memorialistas. Os títulos, também, geralmente envolvem histórias e locais conhecidos pelos moradores, que através dessas produções revivem suas memórias e/ou as utilizam como legitimadoras da veracidade dos “causos” contados aos mais jovens. Torna-se um elo daqueles que estão no presente com os seus antepassados, de um período que em sua memória se apresenta como melhor que o atual.

Na cidade de Sorocaba Aluísio de Almeida, ou melhor, o Mons. Castanho, tornou-se muito importante, recebendo todos os anos uma série de homenagens. O interessante é que essas homenagens são feitas quase sempre para Aluísio de Almeida, mostrando que o Padre acabou ficando muito conhecido pelo pseudônimo que usava quando escrevia textos históricos. Em Sorocaba encontramos seu pseudônimo como nome de museu, rua, escolas, em semanas culturais, medalhas de honra e muito mais.

Como Aluísio de Almeida, Nardy Filho é muito querido em sua cidade. Figura ilustre, tornou-se muito homenageado, recebendo também a sua Semana Nardy Filho. Com tudo isso, seu texto sobre a história de Itu é tido como incontestável, sua análise histórica - apesar de confusa, desmembrada, e, por muitas vezes, contraditória - é a grande referência que se tem sobre a história da cidade de Itu.

As obras de Aluisio de Almeida e Nardy Filho são dominadas pelo espírito da época, da recente proclamação da República, o nacionalismo exacerbado, as ideias positivistas de civilização e progresso. No entanto suas obras ainda continuam tendo mercado e continuam sendo citadas enquanto exemplo para muitos outros memorialistas como José Gomes - que escrevem textos de estilo muito parecido ainda hoje e defendem para suas cidades ou bairros o mesmo passado glorioso e a predestinação ao sucesso. Acreditamos na importância em estudar os textos de Aluisio de Almeida e Nardy Filho na busca do entendimento sobre sua escrita e sobre o poder que essas ideologias, do início do século XX, continuam desempenhando em nossa cultura popular e que estão presentes em nosso cotidiano, e para tal comparação escolhemos o texto de José Gomes como exemplo da permanência não apenas das concepções, mas também da escrita memorialística e da importância que ela continua angariando junto às cidades do interior

paulista e seus habitantes. Suas trajetórias nos levam a todo momento a teoria de Rüsen, e nelas a ideia de consciência histórica nos pareceu perfeitamente exemplificada.

O problema fundamental que se apresenta nessas obras memorialísticas é que no geral elas não explicitam tratar-se de construções não empíricas, o que induz o leitor leigo a pensar que se tratam de fontes genuínas sobre a história. É fundamental explicar as diferenças e não ignorar esse fenômeno. Se essas obras obtêm um sucesso imensamente maior do que as obras historiográficas é porque também precisamos repensar em como divulgamos o nosso conhecimento. O resultado de pesquisas brilhantes, se ficarem apenas nas gavetas dos pesquisadores que as realizaram, podem muitas vezes ter sido em vão.

A importância desses memorialistas nessas cidades e de suas produções não pode ser ignorada. Essas percepções históricas permeiam a administração pública dessas cidades, as práticas pedagógicas locais, o conteúdo histórico regional presente nos livros didáticos e nas relações pessoais. Seus textos são exemplos da relação intrínseca entre teoria e prática presentes na ideia de consciência histórica.

Esses escritores fazem parte de um estilo de narrativa histórica, que também merece ser estudado, para permitir a compreensão do que a população entende por história e sendo assim, os memorialistas são como os historiadores no ato de transformar em texto os anseios da consciência histórica, e apenas se diferenciam a partir dos métodos e teorias utilizadas. Entendemos então, que os memorialistas são fontes preciosas para o historiador porque são sistematizadores de consciências históricas. Ao mesmo tempo, eles são exemplos dessa teoria, resultados dos processos da consciência histórica, porque de formações distintas se viram na necessidade da pesquisa histórica, como nos narrou em entrevista José Gomes. Os memorialistas não escrevem sobre história porque simplesmente desejam competir terreno com os historiadores, como muitos acreditam, mas porque a história é um desejo e uma necessidade de todos.

Por tudo isso, se atentar ao estudo dessas produções memorialísticas é fundamental na reflexão sobre as problemáticas mais atuais dessas cidades e sobre os dilemas das fronteiras da ciência história.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBIERI, Sara, GLEZER, Raquel. “O campo da história e as “obras fronteiriças”:  
*algumas observações sobre a produção historiográfica brasileira e uma proposta de conciliação.*” In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)**, nº48, março de 2009. pp.13- 30.
- ALMEIDA, Aluisio de. **Sorocaba: 3 séculos de história.** Itu: Editora Ottoni, 2002
- BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, O ofício do historiador. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- CERTEAU, Michel de. **L’écriture de l’histoire.** Paris: Folio Histoire, 2007.
- CHATIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- GOMES, José (Linense). Yuna **A noiva Azul: História do Município de Ibiúna.** São Paulo: Editora Tempos LTDA, 1997.
- KHOURY, Yara Maria Aun (et al.). **A pesquisa em História.** 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2003. (Série Princípios).
- MARTINS, Estevão C. de Rezende. “*Historiografia: o sentido da escrita e a escrita do sentido*”. In: **Dossiê: História & Perspectivas – 20 anos. Desafios da História e da Historiografia.** Uberlândia (40): 55-80, jan. jun.2009. pp. 55-80.
- NARDY FILHO, Francisco. **A cidade de Ytu.** 3ª ed (Edição faccimilar). Itu: Ottoni Editora, 2006. 6 volumes ( Coleção Comemorativa dos 400 anos de Itu. )
- RUSEN, Jörn. Pragmática. **Razão histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica.** Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. pp.53-67.